

3ª edição, com recorde de trabalhos, consagra concurso de profissionais



EXTRA PAUTA



JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ

Nº 84 | Maio/Junho - 2008 | ISSN 1517-0217

<http://www.sindijorpr.org.br> | sindijor@sindijorpr.org.br

Impresso

Especial

3600137940-DR/PR

SIND. DOS

JORNALISTAS

CORREIOS

DEFESA CORPORATIVA

CHURRASCO

Encontro pelo Dia do Jornalista reúne profissionais em Curitiba

)) Página 7

FISCALIZAÇÃO

Sindijor aciona MPT para conter abusos contra profissionais

)) Página 3

FOTOJORNALISMO

Jornalista registra remanescentes de quilombos no Paraná

)) Página 12

HISTÓRIA

Jornalistas partidarizados nas eleições do Sindijor em 1988

)) Página 10

OS RISCOS DO BANCO DE HORAS

Esquema de compensação de período extra de trabalho requer cuidados e exige negociação coletiva

Empresas estão aplicando o sistema de compensação de horas extras chamado “banco de horas”, pelo qual o trabalhador tem folgas pelo volume de tempo extra trabalhado. Apesar de atraente, a aplicação nem sempre é criteriosa e geralmente favorece apenas os patrões: o trabalhador tem de esperar muito pela compensação e nem sempre pode aproveitá-la bem, porque é avisado das folgas sem antecedência. Por vontade dos trabalhadores, a Gazeta do Povo firmou acordo com o Sindijor para implantação de banco de horas – uma decisão que foi contra a orientação dada pelo Sindijor aos jornalistas.

)) Páginas 4 e 5



Lei de Imprensa e a política

TODOS têm consciência de que uma nova Lei de Imprensa, despoluída, bem traçada, sem os ranços dos tempos da Ditadura Militar, precisa ser discutida em todo o país. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) vem esgotando o tema e levando o assunto para os mais diferentes segmentos para tentar atingir um processo de agilidade para a sua decisão.

Em audiência realizada em maio, a Fenaj solicitou o apoio da OAB à proposta de uma nova Lei de Imprensa e à exigência de formação específica em curso superior de Jornalismo para o exercício regular da profissão. A Fenaj apresentará requerimentos para que o Conselho Federal da OAB se posicione sobre estas questões.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná está de acordo com a Fenaj quando o presidente Sérgio Murillo de Andrade diz que não podemos concordar com a posição da maioria das empresas de comunicação de que não deve haver

nenhuma legislação a regular as relações entre os profissionais, a imprensa e a sociedade.

Temos que buscar para tanto apoio nos órgãos representativos, como a Ordem dos Advogados do Brasil, que já demonstrou, através do presidente Cezar Britto, ser favorável à criação do Conselho Federal dos Jornalistas.

Não podemos esquecer que o regime militar impôs, tão logo foi aprovada a Lei de Imprensa - Lei nº 5.250/67-, novas e pesadas restrições à atuação dos jornalistas e das empresas. Ampliaram-se as penas dos delitos de imprensa pela Lei de Segurança Nacional.

O tempo correu, e a lei, com todo o autoritarismo, ficou exatamente como estava. Hoje é a última lei com conteúdo ditatorial. A sua falta de atualidade gera graves prejuízos ao interesse público, pois não aplica os dispositivos da Constituição e atrasa o processo de democratização dos meios de comunicação. E com tudo isso prolifera a impunidade, e o direito à informação não é normatizado.

Os pedidos de atualização da Lei de Imprensa como base de constituição do direito de cidadania ficaram mais evidentes diante da recente decretação de inconstitucionalidade de alguns de seus dispositivos pelo Supremo Tribunal Federal, mas não se trata de uma demanda recente. A primeira versão do novo projeto de Lei de Imprensa foi aprovado pelo Senado em 1992. Três anos depois, a Câmara dos Deputados, aprovou outro substitutivo que tem agora pelas mãos do deputado Vilmar Rocha, na Comissão de Constituição e Justiça, a sua terceira versão antes de ir a plenário, provavelmente em junho (é o que se espera).

Há uma absurda morosidade na tramitação da matéria até agora, é preciso reconhecer, porém, que o projeto vem sendo aperfeiçoado neste processo, ao se propor a revogar de maneira inequívoca os dispositivos autoritários da Lei de Imprensa ainda em vigor que garantem desde a censura prévia, a apreensão de publicações e a prisão de jornalistas até a proteção das autoridades diante do trabalho investigativo da imprensa.

EXPEDIENTE

EXTRA PAUTA é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. **Fone/Fax:** (041) 3224-9296. **E-mail:** sindijor@sindijorpr.org.br

Jornalista Responsável: Osni Gomes (MTb 0015/01/08)

Redação: Adir Nasser Junior
extrapauta@sindijorpr.org.br

Colaboraram: Osni Gomes, Mário Messagi Junior, Fernando César Oliveira, Emerson Castro e Lilian Romão

Fotografias: Pedro Serápio, Fernanda de Castro Paula, Valquir Aureliano e Julio Gabardo

Edição Gráfica e ilustrações: Simon Taylor
(www.ctrlscomunicacao.com.br)

Impressão: Helvética Composições Gráficas Ltda. (Rua Des. Westphalen, 3047 - Curitiba-PR)

Tiragem: 3.800 exemplares

As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não são de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não representarem, necessariamente, a opinião de sua diretoria.

DIRETORIA ESTADUAL

Diretora-presidente: Anieli Almeida, **Diretor executivo:** Osni Gomes, **Diretor financeiro:** Marco Assef, **Diretor de Defesa Corporativa:** Márcio Rodrigues, **Diretor de Formação:** Valdir Cruz, **Diretora de Saúde e Previdência:** Cláudia Gabardo, **Diretor de Imagem:** Pedro Serápio, **Diretora de Ação para a Cidadania:** Maigue Gueths, **Diretores administrativos:** Josiliano Mello, José Rocher, Mário Messagi Jr. e Thea Tavares

DELEGACIAS REGIONAIS

FOZ DO IGUAÇU: Vice-presidente regional: Alexandre Palmar, **Diretor de Defesa Corporativa:** Douglas Furiatti, **Diretora de Formação:** Patrícia Iunovich, **Diretora de Cultura:** Áurea Cunha
CASCAVEL: Vice-presidente regional: Fábio Conterno
PONTA GROSSA: Vice-presidente regional: Claudia Oliveira
Conselho Fiscal: Daniela Neves, Edson Fonseca e Sílvio Rauth Filho

Suplentes: João A. Ribeiro e Wagner de A. Aragão

CONSELHO DE ÉTICA

Vânia Mara Welte (**presidente**), Aurélio Munhoz, Christiani Helena de Moraes, Ricardo Bruel (Ministério Público do Trabalho) e Roni Anderson Barbosa (Central Única dos Trabalhadores - CUT); **Suplentes:** Andréa Moraes, Rodrigo Costa da Rocha Loures (Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep) e Manoel Antonio de Oliveira Franco (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná - OAB-PR)

ARTIGO

Por que realizar a Conferência Nacional de Comunicação?

Mário Messagi Júnior *
Fernando César Oliveira **

TODOS os movimentos sociais ligados às lutas pela democratização da Comunicação têm defendido a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, convocada pelo Poder Executivo. É uma unanimidade que congrega entidades como o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), a CUT, o Conselho Nacional de Psicologia, o Coletivo Intervezes, o PT, a Fenaj, os Sindicatos dos Jornalistas de todo Brasil, a Fiter (Radialistas), Abraço (Rádios Comunitárias) etc.

As conferências nacionais são espaços de participação popular e controle social, utilizados pelo governo federal para formular políticas públicas para áreas diversas, como saúde, cidades e juventude. Participam das conferências delegados representantes da sociedade civil, empresários e governos, de forma proporcional. Convocadas pelo Poder Executivo, têm etapas municipais, estaduais, além da etapa nacional. São financiadas com recursos da União e presididas, normalmente, pelo ministério da área correlata. Constituem, assim, um espaço público onde os diversos interesses, inclusive contraditórios, de uma área são discutidos para estabelecer políticas de Estado. Um espaço para a construção

coletiva do interesse público.

As conferências são, em suma, espaços de exercício democrático, de conversão em discussão pública de temas que, no Estado brasileiro, normalmente são tratados na esfera privada. Radicalizam a democracia, aprofundam um caminho que começou a ser trilhado no Brasil pela instituição de conselhos municipais, estaduais e nacionais das mais diversas áreas e pelas políticas de democracia diretas, como o Orçamento Participativo e as audiências públicas dos poderes legislativos. Só isto bastaria para que a Conferência fosse considerada um ganho para a democratização da comunicação.

Os empresários da área sempre foram os mais arredios a qualquer debate público sobre o tema. Senhores dos instrumentos que, numa sociedade moldada pelos meios eletrônicos de comunicação, lançam luzes ou trevas sobre os temas de interesse da sociedade, ocultaram, por anos, os debates sobre a área. Ou, tanto pior, distorceram acintosamente o debate quando o tema lhes interessava. O resultado é uma regulação precária da comunicação no Brasil. Nenhuma outra área é tão impenetrável à regulação pública, tão avessa às regras do próprio capitalismo contra oligopólio e monopólio.

Isso não bastasse, o momento de-

manda que a área seja debatida e os próprios radiodifusores se vêem na premência de participar do debate, pelas investidas das empresas de telefonia na área. A convergência engendrou a TV Digital, eliminou as diferenças entre redes (telefonia, TV a cabo, sinal de TV etc.) e trouxe novos agentes para o jogo. O momento é propício; os interesses empresariais na área estão cindidos; as novas tecnologias demandam um debate sobre como a sociedade deve se apropriar delas.

O Executivo reluta. É capaz de aplicar a lógica das conferências nas mais diversas áreas, mas refuga quando se trata da comunicação, área em que a atuação do governo Lula é, ao menos até agora, sofrível e decepcionante. Por isso, a pressão dos movimentos sociais deve se voltar sobre o Executivo, para que convoque ainda este ano a Conferência Nacional de Comunicação. É necessário, em benefício da sociedade; é possível, pois nunca antes os empresários da área cogitaram ter que discutir seus interesses em espaço público e talvez não tenham mais como fugir disso.

* Mário Messagi Júnior é jornalista, professor da UFPR e diretor do Sindijor-PR.

** Fernando César Oliveira é jornalista e membro Coletivo PT de Comunicação.

)))) JORNALISTA COM SITE DE NOTÍCIAS AMBIENTAIS

O jornalista Adalberto de Bruyn, juntamente com o publicitário Paulo Wink Júnior, está à frente do site de notícias ambientais Ecoinformação (www.ecoinformacao.com)

)))) ALICE VARAJÃO COM NOVA COLUNA

A jornalista Alice Varajão está assinando a coluna Arquitetura + Design no portal www.plantaodacidade.com. Ela também tem blog próprio (alicevarajao.blogspot.com)

REGISTRO PROFISSIONAL

Sindijor prepara prova para jornalistas de imagem

Jornalistas de imagem que já possuem registro terão direito preservado

O SINDIJOR suspendeu no final do ano passado a concessão de novos registros para repórteres cinematográfico e fotográficos. A entidade está em transição para um sistema de avaliação para conceder novos registros, que se somará às exigências de apresentação de documentação comprovando experiência prévia e formação mínima no Ensino Médio.

Para avaliar se as pessoas que trabalham com fotojornalismo reúnem as condições mínimas para o exercício profissional, o Sindijor vai criar, a exemplo do que ocorre em outros Estados, uma prova. Segundo o diretor de Imagem do Sindijor, Pedro Serápico, a prova vai testar os conhecimentos do profissional e avaliar se ele está devidamente habilitado para receber o registro e exercer regularmente as atividades. O Sindicato já realizou reunião com professores de faculdades de Jornalismo de Curitiba, representantes da Fenaj e Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos



» Pedro Serápico: teste vai avaliar capacitação para a atividade

(Arfoc) para discutir a elaboração da prova e agora está pesquisando instituições para elaboração do teste. Segundo o diretor, a resolução deriva de resoluções aprovadas no IV Encontro Nacional de Jornalistas de Imagem, realizado em junho de 2006, em Ouro Preto, e também referendado pela categoria no 32.º Congresso Nacional dos Jornalistas. As exigências atuais para obtenção do registro ficam mantidas, assim como os registros já obtidos.

REGULARIZAÇÃO

Jornal Hora H assina termo de ajustamento de conduta

UM REPRESENTANTE do jornal Hora H assinou no dia 24 de janeiro um termo de ajustamento de conduta na Procuradoria Regional do Trabalho se comprometendo a sanar as irregularidades contra os jornalistas. Na presença da presidente do Sindijor, Aniela Almeida, e do advogado Christian Mañas, o representante da empresa, Guilherme Assad de Lara, informou que a empresa conta com apenas seis funcionários e está numa crise financeira, motivada pelo corte de verbas publicitárias de órgãos oficiais.

A empresa se comprometeu, contudo, a manter os pagamentos em dia e, quanto ao FGTS, a manter o depósito regular dos valores, além de pagar os débitos pendentes com a Caixa Econômica Federal e com os trabalhadores, em caso de demissão. O Sindijor acompanhará o cumprimento dos itens acertados, que, não observados, poderão acarretar para a empresa multa e fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho. O pro-

cedimento investigatório foi instaurado após denúncia do Sindijor por conta do descumprimento do acordo firmado entre o jornal e o sindicato para pôr fim às irregularidades contra os trabalhadores, especialmente os atrasos de salário e do 13º de 2006.

Fiscalização

Nos últimos meses, as atividades de notificação e denúncia das irregularidades e abusos contra os direitos dos jornalistas prosseguiram contra diversas empresas e entidades. Em destaque, emissoras de TV, que foram notificadas para sanar um problema crônico – o registro regular dos repórteres cinematográficos. A RIC e a TV Bandeirantes Curitiba foram instadas a registrar como repórteres cinematográficos profissionais que desempenham esta função mas são registrados como operadores de câmera, recebendo salários menores e tendo menos garantias.

CONVÊNIOS

Descontos em cursos de computação gráfica

A Icon Comunicação e Treinamento em Informática, de Curitiba, firmou convênio com o Sindijor para oferecer descontos aos jornalistas com carteira em dia em cursos de informática na área gráfica. Há desconto de 20% para profissionais nos cursos de PhotoShop Avançado (de R\$ 260,00 por R\$ 208,00) e 3DS Max Básico (de R\$ 375,00 por R\$ 300,00). Nos demais cursos (InDesign, Illustrator, PhotoShop e Corel) o programa com 14 horas/aula, em turmas de no máximo quatro alunos, com direito a apostila e certificado, fica em R\$ 140,00; o valor integral, sem o desconto, seria de R\$ 180,00. Na promoção para os jornalistas, o valor de cada curso pode ser parcelado em duas vezes. Verifique programação em <http://icontreinamento.blogspot.com>. Para inscrições, os interessados devem entrar em contato com a Icon pelos telefones (41) 2105-0663 ou 9644-7224 e tratar com o professor Luiz Bodachne Jr.

Escola cria curso de inglês para jornalistas

A NetLinguae Comunicação Profissional Internacional, em parceria com o Sindijor, elaborou um curso de inglês com ênfase no desempenho de atividades jornalísticas. O foco do curso – ministrado nas dependências do Sindijor – é a leitura de reportagens, realização de entrevistas e compreensão de noticiário de TV. A carga de atividades é de duas horas e meia, num total de 90 horas, além de dois seminários de quatro horas cada. Os valores dependem do número de inscritos. Com pelo menos dez participantes, o curso fica em dez parcelas de R\$ 98,00 por aluno. Há taxa de inscrição de R\$ 50,00, da qual o participante pode ficar isento se indicar 10 contatos. Para fazer uma avaliação do nível, os interessados podem fazer um teste no site www.netlinguae.com.br/avaliacao.asp. Mais informações com Inez pelo e-mail inez@netlinguae.com.br

)))) RAFAEL LAMAstra ASSUME TV CIDADE

O jornalista Rafael Lamastra passou a dirigir a TV Cidade, de Londrina, em substituição a José Márcio Ceneviva, que deixou a emissora.

)))) JORNALISTA LANÇA BLOG

A jornalista paranaense Arieta Arruda, da AB Comunicação e Consultoria, acaba de lançar o Blog Visões (arietarruda.zip.net), para a divulgação de crônicas e artigos e também para comentar sobre fatos do cotidiano.

BANCO DE HORAS

Armadilha para os trabalhadores

CRIADA para ser uma ferramenta útil para empresas e também para os trabalhadores, a compensação de horas extras acumuladas – ou banco de horas – virou uma via de mão única – em favor dos patrões. Prevista na CLT, o sistema de compensação permitiria a flexibilização da jornada de trabalho sem que se precisasse pagar hora extra, no que ajudaria na redução de custos das empresas e nos ajustes da jornada às sazonalidades do mercado. Serviria para o trabalhador, que poderia, como compensação pelos “pescoções”, usufruir períodos mais prolongados de folga, seja para o lazer ou para resolver compromissos fora do ambiente de trabalho.

Tudo isto em tese, pois, na prática, além de o trabalhador não conseguir se beneficiar do esquema de compensação, em geral o banco de horas vira uma fonte de transtornos para o elo mais fraco da produção, já que os empregados não conseguem planejar suas atividades cotidianas, porque, avisados sem antecedência das folgas, não conseguem aproveitá-las adequadamente – nem recebem a hora extra.

Não bastasse isto, a compensação hoje é feita não como previa originalmente a CLT, ou seja, a cada semana. O período pode se estender por até um ano entre a hora extra feita e a sua compensação, isto por conta da Lei 9.601/98, que, a princípio, ampliou para 120 dias o prazo. Já a emenda feita pela Medida Provisória 2.164/01, expandiu o lapso para um ano. As medidas vieram na esteira da política de flexibilização dos direitos do trabalho que marcaram o governo Fernando Henrique Cardoso. Com a mudança, o trabalhador pode ficar por um longo período com saldo cujo “saque” ficará ao alvitro de patrão.

Esquema de compensação atende necessidade das empresas

**Inconstitucional**

O banco de horas pode não apenas ser prejudicial aos trabalhadores, mas também, da forma como vem sendo realizado, estar fora do amparo constitucional. É o que sustenta o juiz do trabalho Rafael Marques da Silva, da 29ª Vara do Trabalho de

Porto Alegre (RS). Para ele, por se estender por longos períodos – e não ocorrer semanalmente, como prevê a CLT –, o sistema de banco de horas toca em direitos fundamentais. “O sistema de banco de horas, melhor dizendo, compensação de jornada de trabalho em perí-

odo superior a sete dias, fere o disposto no artigo 7, XIII, da Constituição Federal de 1988 porque altera, por lei ordinária, um conceito constitucional, a saber o de ‘acordo de compensação’. Como a Constituição Federal não diz o que é acordo de compensação, entende-se que ela

recolhe o conceito da lei, no caso CLT, entendendo como compensação a semanal”, sustenta o magistrado.

Para ele, a previsão legal para o banco de horas é decorrência do Estado neoliberal, “que nada mais é do que a adequação das relações de trabalho às normas do grande capital, priorizando especialmente este em detrimento do trabalho”. A constitucionalidade pode ser tema controverso. Seja como for, é certo que o banco de horas só pode ser negociado coletivamente – por acordo coletivo na empresa ou por convenção coletiva no âmbito da categoria –, sob pena de nulidade. O Tribunal Superior do Trabalho, em julgado recente, estipulou que as empresas não podem negociar diretamente com o funcionário, já que não a Constituição não permitiria a transação individual de medida desfavorável à saúde e segurança do trabalhador, segundo entendeu o ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

No julgamento sobre o caso de um trabalhador de supermercado, a 3ª Turma do TST entendeu que potenciais danos à saúde e à segurança do trabalhador se verificariam em função do longo período em que funciona o sistema de compensação de horas – um ano – e no fato de o banco interessar primordialmente à empresa e só secundariamente ao trabalhador.

A medida foi contra uma súmula do próprio TST (a 85) que reconhecia a legitimidade de compensação de horas negociadas diretamente com o trabalhador. No entendimento do ministro redator do caso, por tocar em pontos sensíveis do interesse do trabalhador, a compensação só poderia estar estabelecida por instrumentos formais de negociação coletiva trabalhista, como o acordo.

)))) RIC: KIKO GEMAEI NA PROGRAMAÇÃO E...

A RIC contratou o jornalista Kiko Gemael para a Diretoria de Programação. Ele tem passagens pela Rede Globo, TV Bandeirantes e Record, em São Paulo. Em Curitiba, trabalhou na RPC e na produtora GW e na coordenação de campanhas políticas.

)))) NEUMAR RODRIGUES NO JORNALISMO

O novo diretor de Jornalismo da RIC TV é Neumar Rodrigues, que veio da Rede Record para coordenar o trabalho das equipes locais e regionais e implantar as mudanças nos programas de notícias gerados pela rede.

DIREITO

Pesquisa no blog: Jornalista não recebe hora extra

O SINDIJOR pôs em seu blog uma questão relevante relacionada a banco de horas: “você recebe hora extra trabalhada?” Ao todo, 51 profissionais participaram da pesquisa. O resultado foi revelador da situação vivida pelos jornalistas: Sim - 14; Não - 31 (63%); Já recebi - 2 (4%) e Prefiro garantir o emprego - 6 (9%).

Isso demonstra que a grande maioria dos jornalistas que se dispuseram a votar na pesquisa não está recebendo horas extras nos seus locais de trabalho. Vale dizer: os patrões não estão honrando a assinatura que apuseram na última convenção coletiva e na desculpa de melhorar os seus lucros ludibriam os funcionários, arrancando deles o direito conquistado e renovados anualmente.



O conselho do Sindijor é de que todos aqueles que, mesmo não recebendo estejam sendo obrigados a trabalhar em horas extraordinárias, procurem comprovar de todas as formas possíveis que estão sendo vítimas desse tipo de prática. Escrevam também para o site e contem, mesmo que anonimamente, quais são essas empresas. Isso vai fortalecer nossa

argumentação na nova negociação junto ao Ministério do Trabalho, em outubro próximo.

Quando os patrões disserem que não podem dar o aumento, vamos poder argumentar que eles estão sendo desonestos com o Ministério do Trabalho. Estão burlando o acordo que firmaram e precisam ser denunciados.

Outro efeito positivo é que o funcionário, quando sair da empresa ou for dispensado, poderá requerer na Justiça, com quase 100% de possibilidades de vitória, todas as horas extras não pagas. Mas lembrem-se: para isso é preciso provar de todas as formas possíveis que desempenhou trabalho em horas extraordinárias.

VONTADE DOS TRABALHADORES

A contragosto, Sindijor assina acordo com a Gazeta do Povo

O SINDIJOR assinou com a direção da Gazeta do Povo no final de fevereiro um acordo de banco de horas. Foi um pleito dos trabalhadores, que optaram por uma proposta da empresa de estabelecer jornada diária de seis horas (exceto para a Editoria de Esportes), em troca da supressão do expediente ordinário no sábado. O Sindijor desde o início viu com ressalvas a adoção do mecanismo – que já funcionou entre 2004 e 2005 e apresentou problemas, como a falta de clareza na compensação, que gerava dúvidas aos profissionais.

Em assembleias, a diretoria do Sindijor alertou os profissionais da redação acerca dos riscos a que os trabalhadores se submetem adotando a compensação, mesmo assim, foi vontade da maioria. Desta vez, foram estabelecidas regras mais criteriosas para o acompanhamento da compensação, como um extrato da “conta corrente” de horas trabalhadas e compensadas, que o trabalhador

receberá mensalmente e o Sindijor a cada três meses. “É preciso ter em conta que a hora extra deve ser realizada apenas em caráter excepcional, para terminar tarefas urgentes, que não podem ser prorrogadas, e não pode se tornar rotina na redação”, disse a presidente do Sindijor, Aniela Almeida.

Também a conta não poderá acumular mais de 60 horas sem compensação. Além disto, para garantir o gerenciamento do tempo livre do trabalhador, ficou estabelecido que os plantões de final de semana contemplarão pelo menos duas folgas por mês e que a escala terá de ser informada com antecedência.

Mesmo assim, o Sindijor lembrou aos jornalistas da Gazeta que cada trabalhador deve, além do controle fornecido pela empresa, realizar seu próprio controle, marcando numa ficha própria as horas extras realizadas diariamente assim como cada uma das compensações.

CUIDADOS

Acordo coletivo de banco de horas requer atenção

O DIEESE alerta que acordos sobre banco de horas devem conter cláusulas fundamentais para assegurar o direito dos trabalhadores:

» **Abrangência** (quem são os trabalhadores atingidos pela medida), a vigência, os limites da jornada de trabalho (mínimo e máximo por semana):

» **Comunicação sobre modificação na jornada de trabalho** (período de antecedência em que a empresa informará as folgas);

» **Relação entre horas trabalhadas e folgadas;**

» **Apuração das horas em crédito e em débito** (a quem caberá a definição da utilização das horas em crédito ou em débitos; forma de compensação das horas em crédito - pagamento de adicionais, folgas ou um mix das duas -, e forma de compensação das horas em débito);

» **Apuração do saldo do banco de horas** (para evitar a o acúmulo)

» **Controle da jornada de trabalho** (acesso dos trabalhadores e sindicatos às informações relativas ao banco de horas)

» **Garantias em caso de rescisão contratual** (cláusula sobre a forma de acerto das horas em crédito ou débito, quando da rescisão do contrato de trabalho, acompanhamento e revisão do acordo e cláusula de contrapartida).

)))) RAFAELLA MALUCELLI EM PROGRAMA ESPORTIVO

A jornalista Rafaella Malucelli está na produção e apresentação do programa Na Pilha 91, que trata de notícias do surf, skate e os esportes de ação, às quintas-feiras, às 23h, na rádio 91 Rock & News, de Curitiba.

)))) FELIPE RODRIGUES NA NUME

A empresa de assessoria de imprensa Nume Comunicação contratou o jornalista Felipe Rodrigues. Ele atuou por dois anos como gestor de projetos na Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência (Ciranda).

CONCURSO

Prêmio Sangue Bom: **recorde & sucesso**



■ Competição dos melhores trabalhos de profissionais registrou 113 inscrições este ano

Fotos: VALQUIR AURELIANO

Uma edição que bateu recordes de trabalhos concorrentes, Prêmio Sangue Bom do Jornalismo Paranaense teve sua entrega no dia 7 de Abril, Dia do Jornalista, em cerimônia no Auditório A do Setcepar. A iniciativa do sindicato para reconhecer o trabalho de profissionais do Estado veio consolidada pela maciça participação de jornalistas, com 113 trabalhos, superando os 101 do ano passado. O Prêmio Sangue Bom teve patrocínio do Setcepar, Bohemia, América Latina Logística (ALL), Volvo e Itaipu Binacional, e apoio do Senac/Fecomércio.

CHARGE/
ILUSTRAÇÃO



» Simon Taylor conquista os três prêmios na categoria

PÁGINA
DIAGRAMADA



» O diretor de Defesa Corporativa do Sindijor, Márcio Rodrigues, entrega o prêmio de 1º e 3º lugares para Lúcio da Silveira Soares Barbeiro e 2º lugar para Dino Pezzole, com co-autoria com Gilberto Yamamoto



FOTO-
JORNALISMO



» Da esq. para a dir.: Josiliano de Mello, diretor administrativo do Sindijor entrega os troféus e certificados de 3º lugar para Albari Rosa, 2º lugar para Daniel Derevecki e 1º lugar para Átila Alberti



REPORTAGEM
PARA TELEVISÃO



» De cima para baixo.: Gisele Balassa, consultora de negócios do Grupo Opet, entregou os troféus e certificados de 3º lugar para Patrícia Matuchewski, 2º lugar à Marilena Chociai e 1º lugar para Odilon Araújo - autor junto com James Alberti

REPORTAGEM
IMPRESSA



» De cima para baixo.: Anieli Almeida, presidente do Sindijor, entrega certificados e troféus de 3º lugar para Fábio Alves Silveira, 2º lugar a Patrícia Künzel e 1º lugar para Mauri König

ASSESSORIA
DE IMPRENSA



» Da esq. para a dir.: Maigue Gueths, diretora de Ação para a Cidadania do Sindijor, entrega troféus e certificados de 3º lugar à Paula Franco Batista, 2º lugar para Kristiane Rothstein e 1º lugar à Bianca Schneider Smolarek, que teve o prêmio recebido por sua mãe, Sônia Schneider Smolarek



REPORTAGEM
PARA INTERNET



» Os diretores do Sindijor Osni Gomes e Anieli Almeida fazem a saudação aos presentes

REPORTAGEM
PARA RADIO



» Da esq. para a dir.: Mário Messagi Júnior, diretor administrativo do Sindijor, entrega troféus e certificados de 3º e 2º lugares a Rosiane Freitas e 1º lugar para Samuel Estevam Reuse



REPORTAGEM
PARA RADIO



» Da esq. para a dir.: Anieli Almeida, presidente do Sindijor, entrega troféus e certificados de 3º lugar à Simone Giacometti, 2º lugar para Renato Forin Júnior e 1º lugar para Fabio Tomich Buchmann



)))) NOVA ATIVIDADE PARA O JORNALISTA EDUARDO SENISE

O jornalista Eduardo Senise deixou a assessoria de comunicação e marketing do colégio Eliezer Max, no Rio de Janeiro, para assumir a gerência de marketing do Hospital Erasto Gaertner, em Curitiba.

)))) GIOVANNA GUEDES VAI PARA A ALEMANHA

A jornalista Giovanna Guedes segue em junho para um período de quatro meses de trabalho na imprensa alemã. Ela é a única brasileira entre as bolsistas da Fundação Heinz Kuhn que vão participar do programa de aperfeiçoamento de jornalistas.

CONFRATERNIZAÇÃO

Churrasco do Dia do Jornalista

■ Dezenas de profissionais se reúnem no Setcepar para celebrar a data

Fotos: **PEDRO SERÁPIO**

Reprisando o sucesso das edições anteriores, o Sindijor realizou no dia 5 de abril o Churrasco do Dia do Jornalista, desta vez em novo local, a sede do Setcepar, em Curitiba. O momento de conagração da categoria contou com churrasco, acompanhado de bufê, bebidas, música, recreação para crianças e sorteio de brindes. O Churrasco do Dia do Jornalista teve patrocínio do Setcepar, Bohemia e Itaipu Binacional e apoio Senac/Fecomércio.



» No concorrido e animado almoço no Setcepar, profissionais, familiares e estudantes tiveram a excelente oportunidade de encontro. Sorteio de brindes foi uma das grandes atrações do evento



A HORA DA SAFRA É PERFEITA PARA COLHER BOAS FOTOS.



**Prêmio
New Holland
de Fotojornalismo**

Inscrições: até 16 de junho de 2008

O 4º Prêmio New Holland de Fotojornalismo continua a pleno vapor. Aproveite o momento da colheita e fotografe bastante. Seu talento vai render os melhores frutos.

Categoria "Agricultura do Século XXI"
1º colocado - R\$ 12.000,00
2º colocado - R\$ 4.000,00

Categoria "Máquinas"
1º colocado - R\$ 12.000,00
2º colocado - R\$ 4.000,00

Informações, inscrições e regulamento pelo site www.premionewholland.com.br



ESPECIALISTA NO SEU SUCESSO

Integrando Brasil e Argentina

)))) FRANCISCO CARBONI, JORNALISTA EM DEFINITIVO

O jornalista Francisco Carboni, há 13 anos atuando como provisionado, agora tem registro profissional definitivo, com a conclusão do curso na Unicentro, em Guarapuava. Ele deve voltar a dar aulas de História, em que também é formado.

)))) MÁRCIO LOSS E A TV DIGITAL

O jornalista Márcio Loss está lançando o livro "A TV Digital e a Invasão da Privacidade". A obra retrata de maneira didática como o Brasil chegou a TV digital e as influências que este novo "benefício" terá sobre os telespectadores.

FISCALIZAÇÃO

Fotos: Edson Silva

Da falta de hora extra à cooperativa irregular

Violações dos direitos dos jornalistas levam o Sindijor a acionar o Ministério Público do Trabalho

A atividade de fiscalização do Sindijor tem prosseguido não apenas instando os veículos a sanar irregularidades, mas também, em casos particularmente graves, cobrando providências do Ministério Público do Trabalho (MPT), para que a conduta dos veículos seja investigada e punida. Um dos pedidos ao MPT foi contra a Editora O Estado do Paraná, por conta de uma série de irregularidades que persistem na empresa, mesmo depois de diretores do Sindicato obterem da cúpula da empresa a promessa de solução de um grave problema: a demissão de profissionais experientes. Esta questão não foi resolvida e culminou na dispensa do diretor de redação, Mussa José Assis. Mas não foi só: não pagamento de horas extras, assédio moral, terceirização no portal Paraná On-Line e uso de mão de obra de estagiários, não pagamento de auxílio creche vêm deteriorando as relações de trabalho na redação e deixando o ambiente em clima de tensão total (quem será o próximo da lista?).

Não são problemas novos, como todos sabem, e que se repetem mesmo com os novos patrões. É o caso do Jornale, portal de internet que surgiu no ano passado com ares de

inovação, mas que reprisa os velhos hábitos do patronato da mídia paranaense. Denúncia que chegou ao Sindijor e que ensejou pedido de providências do Ministério Público do Trabalho aponta que os salários na redação estão pelo menos 34% abaixo do piso da categoria; que há emprego irregular de estagiários e que a empresa tem planos de fazer com que os jornalistas constituam uma cooperativa irregular para prestação de serviços, além de não enviar ao Sindijor a lista de jornalistas empregados – como estipula a segunda cláusula de nossa Convenção Coletiva de Trabalho.

Outros veículos não concentram tantas irregularidades, nem por isso menos graves. O emprego de profissionais não habilitados para a programação jornalística em TVs, por exemplo, continua freqüente. Na TV Serra do Mar, de Paranaguá, denúncia deu conta de que, além de profissionais não formados, estagiários irregulares estariam atuando na programação jornalística. Situação parecida estaria ocorrendo na produção do programa Cidade na TV, apresentado e comandado pelo deputado estadual Fábio Camargo, exibido pela CNT.

“É impressionante como um representante de parcela

da população, que deveria dar exemplo de respeito à legislação, age como se estivesse acima dela. O caso do Fábio Camargo é emblemático nesse sentido”, pondera o diretor de Defesa Corporativa do Sindijor-PR, Márcio Rodrigues.

O Sindijor notificou ainda a Editora Quantum, de Curitiba, em função de uma denúncia que apontou uma série de irregularidades trabalhistas. Pela denúncia, haveria oferta de estágios para estudantes de Jornalismo com jornada superior à de profissionais; a realidade não seria diferente para os jornalistas da editora, que teriam de se submeter a jornadas superiores às cinco horas.

Problemas no Oeste

Pagamento a jornalistas de salários abaixo do piso foi o que motivou pedido de

fiscalização do Ministério do Trabalho na TV Tarobá, emissora que também se notabiliza por não registrar devidamente repórteres cinematográficos. “Veículos da região Oeste do Paraná concentram problemas crônicos para nossa categoria. Jornais utilizam estagiários e, tanto profissionais como estudantes, cumprem jornadas que extrapolam as cinco horas diárias”, exemplifica Rodrigues.

Outro problema crônico e que motivou notificações foi a falta de jornalista responsável pela edição de veículos impressos. Os jornais Fonte de Saber, de Planalto, e Imprensa Independente, de Curitiba, – onde também foi constatada a falta de crédito para os textos e para as fotos – foram notificados.

Na verdade, a falta de crédito se tornou corriqueira

especialmente em veículos impressos. Por conta desta situação, o Sindijor enviou uma circular a jornais e revistas do Estado alertando-os sobre a obrigatoriedade de identificar autores de textos, imagens e os próprios periódicos, conforme estabelece a Lei do Direito Autoral (Lei 9610/98), assim como a legislação que regulamentou a profissão do jornalista (83.284/79) e a Lei de Imprensa (Lei 5250/67).

É necessário, no entanto, que os jornalistas do Paraná não deixem passar “em brancas nuvens” o descaso dos seus empregadores. Ajude seu Sindicato denunciando irregularidades e cobrando providências. Utilize esse espaço, o blog (<http://sindijor.blogspot.com>), o e-mail ou o telefone (41 - 3224-9296). Mude a sociedade a partir de sua atitude.



)))) OMAR NASSER FILHO EDITA REVISTA ISLÂMICA

O jornalista Omar Nasser Filho está na edição Revista Evidências, publicação bimestral que visa mostrar ao público brasileiro de maneira objetiva e precisa preceitos, dogmas, práticas e crenças da religião islâmica.

)))) RG COMUNICAÇÃO ENCERRA ATIVIDADES

Os jornalistas Carlos Souza e Danielle Sommer encerraram as atividades da sua agência de comunicação empresarial, a RG Comunicação. Carlos segue para novos projetos profissionais, e Danielle foi para a Central Press

COLUNA DA AJAP

Agronegócio para estudantes e jornalistas

Eventos da Ajap discutirão cobertura da mídia sobre agricultura e pecuária

FUNDADA em maio de 2005 com o objetivo de promover o desenvolvimento e a qualificação de profissionais que atuam no setor de agronegócio e promover ações para que estudantes de Jornalismo possam se aproximar também desta área, a Associação de Jornalistas do Agronegócio do Paraná (Ajap) está organizando para este ano e no próximo a realização de vinte seminários itinerantes pelo Paraná em parceria com a Embrapa e com apoio de outras instituições públicas e privadas. “A idéia é discutir em conjunto com profissionais e estudantes os principais temas do agronegócio e refletir sobre a atuação da mídia nestas áreas e o que precisar ser feito para aperfeiçoar o fluxo destas informações entre as fontes e a mídia”, lembra o presidente da entidade, Samuel Zanello Milléo Filho.

O projeto já foi aprovado pelas entidades e já estão sendo feitos contatos com universidades e faculdades que irão sediar estes eventos nas regiões-pólo. Onze instituições de ensino superior paranaenses integram o projeto nas localidades que concentram a produção jornalística e as faculdades de comu-

nicação: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Guarapuava.

Os seminários começam a ser realizados neste semestre e irão mesclar palestras, debates e demonstrações práticas a campo, procurando proporcionar aos participantes as dimensões técnica, econômica e ambiental dos grandes temas abordados, como produção de grãos, gado (leite e gado de corte), suínos e aves, florestas, agroenergia, pequenas propriedades. Também serão produzidos guias de referência nas áreas temáticas abordadas e um site que auxiliará na organização da informação. Todos os detalhes destes eventos serão divulgados através do site do Sindijor e também pelo jornal Extra Pauta.

O projeto é coordenado por um Comitê Gestor formado pelos seguintes profissionais: Carina Gomes Rufino, jornalista da Embrapa Soja; Eloy Setti, jornalista da Ocepar; Kátia Pichelli, jornalista da Embrapa Florestas; Lebna Landgraf, jornalista da Embrapa Soja; Samuel Z. Milléo Filho, presidente da AJAP e coordenador de comunicação do Sistema Ocepar.

COLUNA DA CIRANDA

Democratizar para empreender? Empreender para democratizar?

Ciranda completa dez anos de atuação na luta pela comunicação democrática e cidadã da infância e adolescência

MESMO tímido e abafado, o debate sobre a democratização da comunicação no Brasil tem assumido novos espaços na agenda política e social do país. E já conquistou avanços de extrema importância, como a criação de movimentos como o Coletivo Intervezes, voltado para intensificar e acompanhar esse debate. Vários outros exemplos de empreendimentos sociais na área de comunicação podem ser encontrados por todo o Brasil: jornais, rádios e TVs comunitárias, iniciativas virtuais.

Ainda assim, esse debate permanece concentrado no papel e atuação da grande mídia e isolado de novas idéias e das possibilidades de empreender da área da comunicação. Hoje, a implementação dessas novas propostas e fazeres da comunicação nem de longe acompanha, por exemplo, o ritmo dos avanços tecnológicos da área e – pior – replica modelos sem reconstruí-los e não contribuem para a sua efetiva democratização. O que quer dizer, não interferem no modelo de produção da notícia.

Dez anos de Comunicação Social

No ano de 1998, em Curitiba, iniciava-se a trajetória da Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência. O foco de atuação sempre foi: utilizar a comunicação como ferramenta estratégica para que a sociedade pudesse refletir sobre os direitos da infância e adolescência de forma mais cidadã e menos arbitrária e/ou punitiva.



Seus desafios também eram amplos: pensar e construir comunicação dentro de uma perspectiva realmente social; desenvolver, implementar e administrar essa idéia como empreendimento social da área da comunicação.

Hoje, a Ciranda desenvolve diferentes ações comunicativas para/pelo e com cada um dos públicos com os quais atua. Cria novos formatos de livre expressão, participação e formação comunitária ao

incentivar ações de comunicação feita pelas crianças e adolescentes; traz um novo olhar sobre a importância estratégica da comunicação para as instituições sociais; procura apoiar a grande imprensa no processo de cobertura cada vez mais qualificada sobre infância e adolescência e os temas correlacionados como educação, saúde, cultura, entre outros; incentiva um novo olhar dos estudantes de comunicação, bem como nova possibilidade de atuação capaz de ser criada e implementada por eles próprios.

Com base nessa trajetória de dez anos, a Ciranda tem um novo desafio: o de estimular o debate constante sobre essa nova visão da comunicação, em que empreender e democratizar significa criar um diferencial e interferir positivamente no que já existe. E, prioritariamente, desenvolver um novo fazer no qual as pessoas são parte do processo de construção e democratização dessa comunicação.

A Ciranda completa, em 2008, dez anos de atuação. Para saber mais sobre a instituição e sua programação, entre no site www.ciranda.org.br.

BIBLIOTECA DA COMUNICAÇÃO

LITERATURA NOS JORNAIS
- A CRÍTICA LITERÁRIA DOS
RODAPÉS ÀS RESENHAS

Cláudia
Nina, Sum-
mus Editorial,
2007, 96 pp., R\$
24,90

Em outros tempos Jornalismo e literatura se confundiam nas páginas dos jornais e os escritores estavam em evidência. A crítica se transformou ao longo dos anos, com o estabelecimento de regras e códigos e, hoje, os jornalistas dominam os suplementos culturais. Este livro da professora e jornalista Cláudia Nina conta esta história em detalhes. Através da análise da produção atual, passando pelos ancestrais das resenhas e pelo estudo dos principais suplementos do país, Nina reúne as características que identificam uma resenha e aponta os elementos necessários para compor uma boa crítica.

COMUNICAÇÃO
EMPRESARIAL E PLANOS
DE COMUNICAÇÃO:
INTEGRANDO TEORIA
E PRÁTICA

Maurício
Tavares, Ática,
2007, 190 pp.,
R\$ 36,00

Este livro trata de forma abrangente e prática a comunicação empresarial com

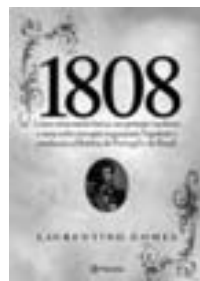
suas vertentes: comunicação interna, comunicação institucional e comunicação de marketing. É complementado com planos de comunicação, do básico ao avançado. A obra se apresenta em duas partes. Na parte I, o tema abordado é a comunicação empresarial. A Parte II traz a importância do planejamento, introdução ao planejamento, características de um planejador, briefing, dicas para a apresentação de um plano, modelos de planos de comunicação, o porquê de os planos não funcionarem e dicas para a formatação de um plano.

JORNALISMO FREELANCE -
EMPREENDEDORISMO
NA COMUNICAÇÃO

João Marcos
Rainho, Sum-
mus Editorial,
2008, 128 pp.,
R\$ 27,10

Na obra, o autor mostra as peculiaridades do trabalho freelance e os obstáculos que aguardam o profissional que se aventura em uma carreira independente. Profissionais qualificados que optam pelo frila encontram problemas com a administração do negócio próprio. Além disso, a atividade é uma etapa quase obrigatória para o jornalista recém-formado, que, no entanto, não recebe orientação específica sobre o tema na formação. O livro aborda temas como os aspectos legais ligados à prestação de serviços; a necessidade (ou não) de ter um escritório; os desafios de trabalhar em casa, a importância do planejamento estratégico, entre outros.

1808



Laurentino
Gomes, Planeta,
2007, 408 pp., R\$
39,90

A fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro ocorreu em um dos momentos mais apaixonantes e revolucionários do Brasil, de Portugal e do mundo. Esta obra do jornalista paranaense Laurentino Gomes, resultado de dez anos de investigação, visa resgatar e contar de forma acessível a história da corte lusitana no Brasil e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás. Com o subtítulo de "Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil", 1808 relata os meandros de um dos principais momentos históricos brasileiros.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO
(1808-1822) CULTURA
E SOCIEDADE

Maria Beatriz
Nizza da Sil-
va, Editora da
Uerj, 2008,
288 páginas.
R\$ 30,00.

Na esteira das comemorações do bicentenário da instalação da Corte portuguesa no Brasil, esta obra discute se o primeiro periódico impresso no Brasil era efetivamente um "jornal", mas não apenas isto; a par da discussão sobre o enquadramento da Gazeta do Rio de Janeiro - que tinha a função de divulgar notícias e avisos, sem qualquer conteúdo opinativo - nos conceitos mais próximos de imprensa, a autora elabora análises e reflexões acerca do cotidiano, da vida cultural e mercantil da formação social da então capital do reino português, pois, apesar de limitada na forma, a Gazeta, em seus avisos e notas, tinha uma grande variedade temática.

O LIVRO DAS VIDAS -
OBITUÁRIOS DO
NEW YORK TIMES

Matinas Su-
zuki (org.),
Companhia
das Letras,
2008, 312
pp. R\$ 48,00

Com organiza-
ção e pós-fácio
assinados por
Matinas Suzuki

Jr, as publicações retiradas do jornal americano não pretendem fazer na obra uma homenagem a mortos ilustres. Este volume da coleção Jornalismo Literário apresenta ao leitor uma pequena amostra da arte de escrever obituários. São textos com ênfase nas histórias de pessoas comuns, cujas vidas ganham outra dimensão ao serem descritas com o olhar curioso e afetivo dos repórteres do diário americano. Para além dos "mortos ilustres", esta coletânea mostra como a seção de obituários pode alcançar grandes momentos ao descrever, com humor, ironia e notável poder de síntese, histórias de pessoas que dificilmente frequentariam as páginas dos jornais.

TABELA DE PREÇOS - Maio de 2008

SALÁRIOS DE INGRESSO

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador, repórter fotográfico e repórter cinematográfico	1.832,79
Editor	2.382,63
Pauteiro	2.382,63
Editor chefe	2.749,19
Chefe de setor	2.749,19
Chefe de reportagem	2.749,19

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações; Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas. O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE

Assessoria de imprensa

Serviço mensal local	1.832,79
----------------------	----------

Redação

Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	98,35
---------------------------------------	-------

Mais de duas fontes:	50% a mais
----------------------	------------

Edição por página

Tablóide	127,36
----------	--------

Standard	152,61
----------	--------

Diagramação por página

Tablóide	63,70
----------	-------

Standart	86,85
----------	-------

Revista	47,34
---------	-------

Tablita / Ofício / A4	32,35
-----------------------	-------

Revisão

Lauda (1.440 caracteres)	25,63
--------------------------	-------

Tablóide	53,53
----------	-------

Tablita	40,37
---------	-------

Standard	111,93
----------	--------

Ilustração

Cor	151,95
-----	--------

P&B	101,18
-----	--------

Reportagem fotográfica - ARFOC (tabela nova)

Reportagem Editorial

Saída cor ou P&B até 3 horas	266,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 5 horas	401,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 8 horas	678,00
------------------------------	--------

Adicional por foto solicitada	98,00
-------------------------------	-------

Foto de arquivo para uso editorial	268,00
------------------------------------	--------

Reportagem Comercial/Institucional

Saída cor ou P&B até 3 horas	370,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 5 horas	587,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 8 horas	978,00
------------------------------	--------

Adicional por foto	130,00
--------------------	--------

Reportagem Cinematográfica

Equipamento e estrutura funcional fornecida pelo contratante

Saída até 5 horas	289,00
-------------------	--------

Saída até 8 horas	354,00
-------------------	--------

Adicional por hora	100%
--------------------	------

Foto de arquivo para uso em:

Anúncio de jornais (interna)	580,00
------------------------------	--------

Anúncio de Revista (interna)	624,00
------------------------------	--------

Capa de Disco, calendário, revista, jornal	978,00
--	--------

Outdoor	1230,00
---------	---------

Cartazes, Folhetos e Camisetas	401,00
--------------------------------	--------

Audiovisual até 50 unidades	1661,00
-----------------------------	---------

Audiovisual acima de 50 unidades	a combinar
----------------------------------	------------

Diária em reportagem que inclui viagem	a combinar
--	------------

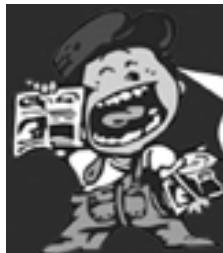
Reportagem aérea internacional	a combinar
--------------------------------	------------

Hora técnica	78,00
--------------	-------

Observações importantes: Lembramos que os valores acima referem-se apenas ao trabalho do profissional, incluído o uso do equipamento básico necessário para se executar uma cobertura fotográfica. Despesas com filmes, revelações, provas - contato, cópias, duplicatas, molduras, transmissões, transporte, alimentação, hospedagem, seguro de vida, credenciamento, dentre outras, correm por conta do contratante. Trabalhos realizados entre 22 e 6 horas, aos domingos e feriados e as saídas mistas (p & b e cor) serão acrescidas em 50%. Conforme a Lei 9610/98 o fotógrafo realiza um trabalho de criação intelectual, que não pode ser confundido com mera prestação de serviços, portanto a LICENÇA DE REPRODUÇÃO DE OBRA FOTOGRÁFICA é um documento legal de cobrança e deve substituir a nota fiscal de serviços. O crédito na foto é um direito do autor, obrigação de quem quer que divulgue, previsto pela Lei 9.610, de 19/02/1998. Trabalhos publicados sem crédito, junto à foto, sofrerão multa de 50% sobre seu valor, conforme a Lei 9.610 de 19/02/98. Na republicação, será cobrado 100% do valor da tabela. A foto editorial não pode ter utilização comercial. Certifique-se que a pessoa que vai lhe prestar o serviço de fotojornalismo, é um profissional habilitado. EXIJA A IDENTIFICAÇÃO DE REPÓRTER FOTOGRÁFICO. Sugestões deverão ser encaminhadas ao Sindicato através do fax 41 224-9296 ou Correio Eletrônico: sindijor@sindijorpr.org.br

ASSOCIADO:

Atualize seu cadastro no Sindijor. Informe-nos por telefone [(41) 3224-9296] ou e-mail (sindijor@sindijorpr.org.br) sobre mudanças de endereço, telefone, endereço eletrônico e empresa em que é funcionário. Com cadastros atualizados dos trabalhadores, o Sindijor pode trabalhar melhor em prol da categoria



)))) DE MADRI, ALESSANDRO TARSO EDITA BLOG

Desde novembro de 2007 em Madri, fazendo doutorado na Universidade Complutense, o jornalista Alessandro Tarso está com uma coluna no site Fazendo Media, no endereço <http://fazendomediaemmadri.blogspot.com>.

)))) "GRANDES DIRETORES EM DVD", DE HEROS FANINI

O jornalista Heros Fanini lançou o livro "Grandes Diretores em DVD". A obra traz a biografia e resenhas das obras-primas de 50 grandes diretores do cinema mundial, entre os favoritos da crítica e do público.

HISTÓRIA

Emerson Castro *

A ELEIÇÃO de 1988 foi considerada um novo divisor de águas não só entre os dirigentes que disputavam o comando do sindicato – situação e oposição –, mas principalmente entre os trabalhadores jornalistas, tomando por base o resultado das eleições e os depoimentos de dirigentes que dela participaram. Naquele ano, Desidério Peron, ao lado de Luiz Geraldo Mazza, oponentes em 1979, foram eleitos, sendo o quarto mandato de Peron. A diferença de votos entre as chapas foi apertada: 19 votos, num universo de votantes que atingiu 2/3 dos jornalistas em condições de voto – aproximadamente mil profissionais no estado. O grupo em torno do qual a diretoria se formou mantinha nomes que lá estavam desde 1979, ou foram agregados em 1982 e 1985, além de alguns que nunca haviam participado de diretorias, o que demonstrava uma ampliação do leque de opções necessário a uma eleição que se previa difícil.

Não havia exatamente uma novidade na disputa entre oposição e situação, na medida em que ambas eram integradas basicamente pelas mesmas pessoas que já se digladiavam nas assembleias desde 1983. A exceção no quadro, além da organização do grupo oposicionista, era que sua atuação em assembleias e negociações, durante anos, serviu para fomentar o debate sobre a ação sindical dos jornalistas e repercutir entre os profissionais.

Elza Oliveira, que concorreu como candidata a presidente pela oposição, observa esse processo de identificação pelos jornalistas na medida em que a oposição agiu em momentos críticos, sempre em confronto com a diretoria.

“Acho que esse trabalho foi amadurecendo ao longo das campanhas salariais mesmo. Da gente se colocar frente à categoria, de ter uma identificação. Porque daí a gente vinha para as assembleias, havia embates bastante grandes, entre a oposição e a diretoria do sindicato. Mesmo nas votações havia divergências. Então acho que havia uma identificação assim, da categoria em relação à oposição”, explica Elza Oliveira.

Quanto à identificação dos jornalistas com a Oposição, comentada, verifica-se pelo resultado da eleição: derrota por 19 votos em mais de 500 votantes. Também é possível perceber

Eleição de 88 confirma divisão entre jornalistas



que mesmo tendo por base integrantes da oposição desde 1983, houve espaço para novos membros. Quando ela usa a expressão “todo um grupo que se juntava em torno daquilo”, denota a formação de um grupo específico para a discussão da chapa. Daí a noção dinâmica de “costura”, que tende a abrir o processo para novas demandas.

Os objetivos do grupo são comentados por Elza, que, apesar de fazer forte oposição à diretoria, não deixa de apontar como raciocínio do grupo na época, uma relativização das críticas às três gestões que Desidério Peron esteve à frente do sindicato.

“O sindicato existe e tem que estar ligado de novo à categoria. Porque nesse momento era uma coisa extremamente distante. Era um peleguismo, nem do ponto de vista de estar fazendo o papel de interesse do patrão na jogada. Estava por omissão, porque, na verdade não agia. Ele [o sindicato] estava por demais acéfalo. Se no primeiro momento, do ponto de vista da organização até física da categoria, consegui avanços realmente, vindo aqui para essa sede; algumas campanhas salariais que tinham resultado em benefícios mesmo; em acordos coletivos bem mais interessantes do que havia anteriormente... Mas ao longo dos anos todos foi acontecendo um processo de desgaste”.

Sobre esse isolamento entre diretoria e jornalistas, ao analisar as atas de assembleias a partir de 1985, já na primeira assembleia convocada o quorum foi tão baixo que, avaliando a representatividade da mesma, os que estavam presentes decidiram: “(...) Diante da omissão da classe, o assunto será tratado empresa por empresa,

somente naquelas empresas em que os associados manifestarem interesse”.

Apesar de ser a primeira assembleia do ano, é a postura “ameaçadora” da diretoria que faz crer na possibilidade de que a leitura do episódio, pela própria diretoria, tenha sido de retaliação ou afastamento dos jornalistas. Tanto que em julho daquele ano uma nova assembleia reuniu 122 jornalistas para a mesma discussão, mas novamente é levantada a polêmica: estabelecer uma comissão de negociação ou delegar a tarefa à diretoria. Já na assembleia seguinte, provocada por uma contra-proposta patronal, os jornalistas deliberam novos parâmetros de negociação, abaixo da proposta original. Uma associada que não concordou protestou e pediu a reabertura da discussão, no que foi mais uma vez derrotada. Solicitou então que constasse em ata que “(...) o pessoal de reportagem votou pela reabertura da discussão(...)”.

Luiz Geraldo Mazza, da chapa de situação, faz a defesa do ponto de vista do grupo que saiu vencedor das eleições: “Na assembleia eles sempre queriam fazer o lado simpático. Tudo era de oposição. É mais fácil ser oposição. Aí comecei a defender o Peron. Comecei a me irritar com essas coisas. Cheguei a brigar com amigos por causa disso. Porque eu via a luta do cara. Das nossas ações, resultou todo esse conjunto que está aí hoje. Claro, houve outras coisas, mas a base desse salário que está aí, que é uma merda, que é maior que o do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, é dessa época”.

Reveladora é sua compreensão do

que teria sido o estopim da disputa: “A discussão estourou no problema do plebiscito. Foram dois, e a CUT foi derrotada. Por que eles queriam ficar discutindo. Era o amor da discussão pela discussão. Nós estávamos saturados de saber qual a conveniência de estar ligado a uma central sindical de trabalhadores. Nós já tínhamos experiência anterior, nos anos 50, 60 (...)”.

Arnaldo Cruz introduziu um ponto chave no debate, bastante presente à época da eleição de 1988: a partidarização do movimento sindical. Para ele “uma das coisas que nós discutimos na última gestão foi se nós nos filiávamos à CUT ou não. Se nos filiássemos, nós estaríamos dividindo a categoria. Isso foi muito discutido dentro da diretoria e em assembleias também. Então a gente caiu fora dessa. Política interna, sim, vamos definir os nossos rumos entre nós”.

“Na verdade a chapa não era majoritariamente PT, mas a liderança era, ou tinha simpatia, acho que a maior parte era mesmo de filiados. A gente depois da campanha se aproximou da CUT, mas isso depois da campanha a gente até andou pedindo apoio a alguns sindicatos cutistas, e depois da campanha a gente se aproximou da CUT até na tentativa de manter de alguma maneira a organização da oposição... e eu me lembro que a gente foi reconhecido pela CUT.”

Identificavam-se como “de esquerda” todos que podiam ser enquadrados, sobretudo nas assembleias – espaço ainda privilegiado de confronto das correntes –, como “o pessoal PT” na visão dos dirigentes de situação, mas que, na prática, ao defender a filiação à CUT, as comissões de mobilização nas campanhas salariais, traziam como bandeira a mobilização dos jornalistas de forma organizada e inserida num contexto nacional junto a outros grupos de trabalhadores. Entre os considerados “de direita” podiam ser enquadrados, na visão dos oposicionistas, os dirigentes do Sindicato, que continuavam defendendo, de forma aparentemente apartidária e pragmática, a ação sindical estratégica, desviada dos confrontos com o patronato e principalmente, voltada exclusivamente para a discussão das questões diretamente de interesse dos jornalistas. Os jornalistas que estavam na diretoria do Sindicato, contudo, não se viam como “de direita”.

* Emerson Castro é jornalista e professor.

)))) TASSY SANTIAGO EM VIAGEM DE ESTUDOS À EUROPA

A jornalista Tassy Santiago, pediu licença de seis meses a Funpar e foi para a Itália, num roteiro de estudos, que inclui ainda passagens pela França e Inglaterra. Pós-graduada em Sociologia Política pela UFPR, vai encaminhar parte de sua monografia.

)))) MORRE JORNALISTA ILSON DE ALMEIDA

O Jornalismo paranaense perdeu no início de maio Ilson Estevão de Almeida. Ele trabalhou por mais de 40 anos na Editora O Estado do Paraná, onde criou e dirigiu o caderno de Turismo.

PORTFOLIO

Adaptando o olhar

Fernanda de Castro Lima

O OLHAR tem que ser adaptado, corrigido, só assim o negro será enxergado, notado. Esta idéia pautou os últimos trabalhos da jornalista Fernanda de Castro Paula, que vem se dedicando ao levantamento das comunidades quilombolas no interior do Paraná. Repórter fotográfica da Assessoria da Comunicação do Governo do Estado, ela integra o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, uma equipe multidisciplinar do Governo do Paraná que acaba de realizar um mapeamento das comunidades de descendentes de ex-escravos.

Isoladas em áreas que herdaram de seus ancestrais, libertos em 1888, estas pessoas preservaram vínculos familiares e costumes e com o tempo foram se integrando às populações indígenas vizinhas. Para a mídia, especialmente no Paraná – um Estado que se imaginava “branco” –, segundo Fernanda, era como se não existissem estas populações – que agora precisam ser redescobertas. Sua atividade trabalho fotográfico no GT quis mostrar o modo de vida destas populações, sem cair nas considerações depreciativas que costumam ser feitas a grupos tidos como “exóticos” e marginalizados. “Gosto de mostrar o belo, pois fotografia é estética, é arte”, disse Fernanda.

Há 27 anos na profissão, a jornalista – que chegou a estudar Medicina e Artes Cênicas – se apaixonou pela fotografia quando cursou a disciplina ministrada por Paulo Koehler no curso de Jornalismo da UFPR nos anos 80. Desde então expôs as imagens captadas por sua lente em diversos veículos: O Estado do Paraná, Correio de Notícias, Gazeta Mercantil (para quem obteve raras fotos do “vampiro” Dalton Trevisan em julho de 2000) e Veja.

Filha de pai negro e mãe branca, Fernanda mostrou afinidade com o tema dos quilombos e organizou em 2001 a primeira exposição fotográfica sobre uma comunidade negra paranaense, a Colônia do Sutil, em Ponta Grossa. Desde então, ela tem acompanhado alguma preocupação da imprensa local em tentar mostrar estas comunidades – que somam mais de 40 núcleos em todo o Estado –, mas acredita que muito mais precisa ser feito para dar visibilidade a eles e aos negros de forma geral.

